

DAR RESPOSTA AOS PROBLEMAS E ASPIRAÇÕES MAIS URGENTES DOS TRABALHADORES E DO POVO

PSD e CDS sofreram uma pesada derrota

A campanha de mentiras e intimidação a que assistimos, instigada pelo Presidente da República, não consegue esconder que as eleições de 4 de Outubro constituíram uma pesada derrota do PSD e CDS, que perderam, além da maioria, 700 mil votos, 12 pontos percentuais e 25 deputados. Foi a segunda votação mais baixa de sempre destes dois partidos.

PSD e CDS foram fortemente punidos pela sua política, perderam a maioria e a legitimidade política para, por si só, continuar a governar.

A derrota do PSD/CDS é inseparável da luta dos trabalhadores e do povo contra a sua política de declínio económico e retrocesso social, de assalto aos direitos

e rendimentos dos trabalhadores e do povo e de submissão nacional.

As eleições legislativas – em que não foi votado o primeiro-ministro mas sim 230 deputados – criaram na Assembleia da República um novo quadro político que expressa a vontade do povo português de afastar o PSD/CDS do governo e pôr um ponto final na sua política.

O progresso eleitoral da CDU – maior percentagem, mais votos e mais deputados - criou melhores condições para a luta por uma política patriótica e de esquerda, para a defesa dos trabalhadores e do povo, para a afirmação de um país soberano e independente.

Derrotar as manobras do PSD/CDS para se perpetuar no governo

Sejam quais forem as manobras do Presidente da República, nada ilude o que está à vista do País: PSD e CDS estão condenados a ver derrotada no dia 10 de Novembro a ambição de prosseguir a sua política de saque do povo e do País.

O "governo" a que Cavaco Silva deu posse dia 30 de Outubro comprova que PSD/CDS e Presidente da

República estão ao serviço do capital transnacional, dos especuladores e dos interesses da União Europeia e não da democracia e dos interesses do País.

PSD e CDS foram derrotados pela luta e pelo voto. Dia 10, o seu governo agora formado e o respectivo programa, como o PCP afirmou na primeira hora, deverão ser rejeitados na Assembleia da República.

Luta e confiança por um Portugal com futuro



PRESENCIAIS 2016
www.pcp.pt

Uma política patriótica e de esquerda | Cumprir a Constituição

LUTAR POR UMA NOVA POLÍTICA PARA O PAÍS

Como afirmou o PCP, as profundas alterações ditadas pelas eleições têm de ter consequências, no plano político e institucional. O povo português não só derrotou as pretensões do PSD/CDS a uma maioria absoluta, como se pronunciou claramente por uma outra política.

A situação dos trabalhadores, do povo e do País exigem medidas que, não podendo ser isoladas de eixos e políticas de fundo, têm obrigatoriamente de dar resposta urgente a milhões de portugueses, às aspirações de vastas camadas da população, vítimas da política de exploração e empobrecimento dos últimos anos.

Soluções e propostas do PCP

● No imediato, o PCP defende: valorização dos salários, pensões e reformas, com devolução do que foi roubado; aumento do Salário Mínimo Nacional para 600 euros em 2016; defesa da contratação colectiva e reposição dos direitos individuais e colectivos retirados nas sucessivas revisões do código de trabalho; combate à precariedade; acesso à saúde e à educação; política fiscal justa que reduza os impostos sobre os trabalhadores e o povo e tribute fortemente lucros e dividendos do grande capital; financiamento da Segurança Social; reposição da protecção e dos apoios sociais perdidos em 2010; reversão das privatizações, designadamente nos transportes; revogação das alterações à Lei da IVG.

● Promover o crescimento económico, o emprego e a produção nacional, garantir as funções sociais do Estado e os serviços públicos, afirmar a soberania, são objectivos fundamentais de uma política que se proponha inverter o rumo de declínio económico e retrocesso social. Objectivos inseparáveis de opções essenciais, como a recuperação do controlo público de sectores estratégicos ou a renegociação da dívida - condições indispensáveis ao desenvolvimento do País -, ou a resposta a outros constrangimentos externos.

Na Assembleia da República recém eleita, honrando os seus compromissos, o PCP já apresentou Projectos de Lei nas seguintes matérias:

- Reposição das 35 horas por semana como período normal de trabalho na função pública;
- Revogação das alterações introduzidas e exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez;
- Reposição dos complementos de pensão nas empresas do sector empresarial do Estado;
- Reposição dos feriados nacionais que foram retirados. Outras propostas se seguirão em defesa dos trabalhadores, do povo e do País.

A composição da Assembleia da República comporta uma oportunidade para uma nova política em conformidade com a Constituição e constitui uma base suficiente para a possibilidade de novas soluções de governo.

Há uma maioria de deputados que constituem condição bastante para a formação de um governo de iniciativa do PS, para a apresentação do seu programa, para a sua entrada em funções e para a adopção de uma política que assegure uma solução duradoura.

É neste quadro que o PCP está a trabalhar e a intervir e a discutir com o PS, para assegurar as respostas e soluções que dêem expressão à aspiração dos trabalhadores e do povo a uma vida melhor.

O PCP não faltará com a sua intervenção na hora de garantir todas as medidas favoráveis ao povo português, que garantam a elevação das suas condições de vida, que combatam as injustiças, a exploração e o empobrecimento.

Cada voto na CDU nas eleições de 4 de Outubro será integralmente respeitado e transformado em força de intervenção, proposta e luta por uma vida melhor. Como sempre dissemos, os deputados do PCP contarão sempre para apoiar tudo o que for positivo para os trabalhadores, o povo e o País e contarão sempre para se opor a tudo o que atinja os seus interesses.

Temos pela frente tempos de exigência. Mas são também tempos de confiança na luta e na resistência de muitos milhões de portugueses.

PRESDENCIAIS 2016

www.pcp.pt



"Como candidato ou como Presidente da República defenderei, intransigentemente, os ideais libertadores de Abril, a nossa Constituição da República e o regime democrático que ela consagra e projecta."

